



Correio Manhã

16-10-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 174177

Temática: Administração Pública

Dimensão: 1558

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/8/9

GOVERNO TIRA 1371 MILHÕES À FUNÇÃO PÚBLICA

SAIBA TUDO
SOBRE
O CORTE
DE SALÁRIOS
E PENSÕES

ORÇAMENTO
NO SEU BOLSO

■ **Mudança** de fator de sustentabilidade corta 12% às novas reformas. Idade de aposentação nos 66 anos

■ **Fisco** cria lotaria de faturas com dois sorteios semanais. Automóveis a gasóleo pagam mais imposto

PÁGS. 6 A 11

CORTES ■ REFORMAS DO ESTADO NÃO SERÃO ALVO DE REDUÇÕES ACUMULADAS

Função Pública perde 1371 milhões de euros

■ Em 2014, o Governo vai cortar 728 milhões de euros nas pensões da CGA e 643 milhões de euros nos salários dos funcionários públicos. Serão abrangidas mais de 995 mil pessoas

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O corte de 2,5% a 12% nos salários acima de 600 euros e a redução em 10% das pensões dos funcionários públicos vão permitir ao Governo reduzir as despesas com pessoal e com pensões em 1371 milhões de euros. Com a aplicação destas medidas em 2014 serão abrangidas mais de 995 mil pessoas, das quais 660 mil são funcionários públicos e trabalhadores do setor empresarial do Estado com reduções nos salários.

A maior redução da despesa será obtida com a convergência das pensões da Caixa Geral de Aposentações (CGA) com a Segurança Social: com a redução das pensões de velhice superiores a 600 euros e de sobrevivência acima de 419,22 euros, os encargos com pensões serão reduzidos em 728 milhões de euros. O Governo concebeu um mecanismo para que as pensões até 5037 euros não sofram um duplo corte que poderia advir com a convergência dos regimes e a aplicação da contribuição especial de solidariedade (CES).

Já o corte nos ordenados irá diminuir a despesa com pessoal em 643 milhões de euros, valor superior aos 500 milhões de euros referido recentemente pelo primeiro-ministro. Os novos cortes salariais vão ter um forte impacto nos ordenados. Por exemplo quem tiver um ordenado de 1500 euros, que agora não tem redução, vai receber menos 129 euros por mês e, em 14 meses, perderá mais do que um salário.

Com o novo corte, quem ga-

ORÇAMENTO
NO SEU BOLSO

LUÍS MONTENEGRO | PSD

“ Todos temos que olhar para as soluções que estão em cima da mesa [do Orçamento] com realismo e com sentido estratégico nacional patriótico



NUNO MAGALHÃES | CDS-PP

“ Temos a convicção de que este é o último Orçamento [do Estado] que faremos debaixo de um programa de assistência económica e financeira





Cortes salariais na Função Pública

Salário	Taxa (%)	Corte	Novo valor
até 600 €	2,5	-	-
750 €	3,5	mês 26 € ano 364 €	724 €
1000 €	5,2	52 € 728 €	948 €
1250 €	6,9	86 € 1204 €	1164 €
1500 €	8,6	129 € 1806 €	1371 €
1750 €	10,3	180 € 2520 €	1570 €
2000 €	12	240 € 3360 €	1760 €
2500 €	12	300 € 4200 €	2200 €
3000 €	12	360 € 5040 €	2640 €
4000 €	12	480 € 6720 €	3520 €
5000 €	12	600 € 8400 €	4400 €

Fonte: Ministério das Finanças CM



■ **Parlamento.** A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, entregou ontem (18h50) à presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, a proposta do Orçamento do Estado.

Executivo diz que o esforço de contenção é mais bem distribuído

Quem receberá 2000 euros receberá menos 240 euros por mês, quando com a medida em vigor perdia 70 euros por mês. Por ano, esse funcionário perderá mais de um ordenado e meio.

Para o Governo, com o alargamento da base da redução dos ordenados “assegura-se que o esforço de contenção é melhor distribuído por um maior grupo de trabalhadores. Cerca de 90% dos trabalhadores da função pública e do setor empresarial do Estado sofrem cortes salariais. ■

PEDRO MARQUES | DEPUTADO PS

“ Confirmou os nossos receios da adoção de um enorme novo pacote de medidas de austeridade no Orçamento do Estado de 2014



PAULO SÁ | DEPUTADO DO PCP

“ O Orçamento do Estado para 2014 traz austeridade, mais austeridade, reforçada, sempre sobre os mesmos, à custa dos mesmos



PEDRO FILIPE SOARES | BE

“ Há todos os indícios de um novo choque com a Constituição. Não houve nenhuma abertura para a redução do peso fiscal sobre as famílias



Exemplos da aplicação da Contribuição Especial de Solidariedade (CES)

Efeito não cumulativo do CES no cálculo das pensões da CGA

Valor da pensão	Efeito de convergência na fórmula de cálculo	Novo valor	Redução por via da CES	Redução efetiva por via da CES*	Valor final da pensão	Taxa de variação final	Redução implícita CES 2013
1000 €	100 €	900 €	0 €	0 €	900 €	-10 %	0,0 %
1400 €	140 €	1260 €	49 €	0 €	1260 €	-10 %	3,5 %
1800 €	180 €	1620 €	63 €	0 €	1620 €	-10 %	3,5 %
2200 €	220 €	1980 €	127 €	0 €	1980 €	-10 %	5,8 %
2600 €	260 €	2340 €	191 €	0 €	2340 €	-10 %	7,3 %
3000 €	300 €	2700 €	255 €	0 €	2700 €	-10 %	8,5 %
3400 €	340 €	3060 €	319 €	0 €	3060 €	-10 %	9,4 %
3800 €	380 €	3420 €	380 €	0 €	3420 €	-10 %	10,0 %



Pensionistas da CGA têm limites para redução da pensão

Fonte Ministério das Finanças

*Por aplicação da PLOE14, uma vez que o valor é menor do que o efeito de convergência, prevalece este último

CORREIO DA MANHÃ

Novas pensões com corte de 12%

■ A atualização do fator de sustentabilidade, que está ligado à esperança média de vida, vai provocar a partir de 2014 um aumento no corte das novas pensões dos atuais 4,78% para cerca de 12%. Para evitar estes cortes, as pessoas terão de trabalhar muito mais tempo. E a idade legal passa a ser de 66 anos.

Neste momento, o ano de referência para calcular a esperança média de vida aos 65 anos é 2006, mas o Governo quer passar a aplicar o ano 2000 para apurar o fator de sustentabilidade. Para quem se reformar na idade legal da reforma ou depois dela, o fator de sustentabilidade será excluído do cálculo da pensão de reforma.

Para já, o Executivo, no âmbito da convergência das pensões da CGA com a Segurança Social, definiu valores mínimos adicionais para os cortes. ■

Pensão mínima
Cláusulas de salvaguarda

	Velhice	Sobrevivência
75 anos	750 €	450 €
80 anos	900 €	500 €
85 anos	1050 €	550 €
90 anos	1200 €	600 €

Fonte Ministério das Finanças

Pensão política será suspensa

● O Governo propõe a suspensão das subvenções vitalícias de antigos titulares políticos que possuam um rendimento mensal superior a dois mil euros ou tenham um património mobiliário superior a 240 vezes o indexante dos apoios sociais (100 560 euros). No total, há 410 políticos a receber este apoio. ■

🔍 PORMENORES

● **REGIÕES AUTÓNOMAS**
As regiões autónomas dos Açores e da Madeira vão receber 424 milhões de euros em 2014, menos 136 milhões do que em 2013.

MAIS 75 MILHÕES

O Governo prevê transferir para as freguesias, em 2014, perto de 260 milhões de euros, cerca de 75 milhões acima do montante atribuído este ano, destinando 68 milhões às freguesias de Lisboa.

● **1,6 MIL MILHÕES EM PPP**
A despesa com as parcerias público-privadas rodoviárias vai praticamente duplicar em 2014, atingindo 1,6 mil milhões de euros, sobretudo com as rodoviárias.

PARLAMENTO

A Assembleia da República tem uma verba de 89,1 milhões de euros no Orçamento, menos 40,7 milhões de euros do que a execução estimada para o ano de 2013.

DUODECIMOS

● O subsídio de Natal dos funcionários públicos e dos pensionistas será pago em duodécimos, tal como acontece este ano. O Governo diz que permite uma melhor gestão.

CORTES

● Em 2014, os funcionários que trabalhem menos duas horas por dia ou menos um dia por semana não são abrangidos por corte salarial de 2,5% a 12%.

EM 2014

● No próximo ano, os organismos do Estado poderão atribuir prémios de desempenho até ao máximo de 2% dos trabalhadores do serviço, com base na última avaliação.